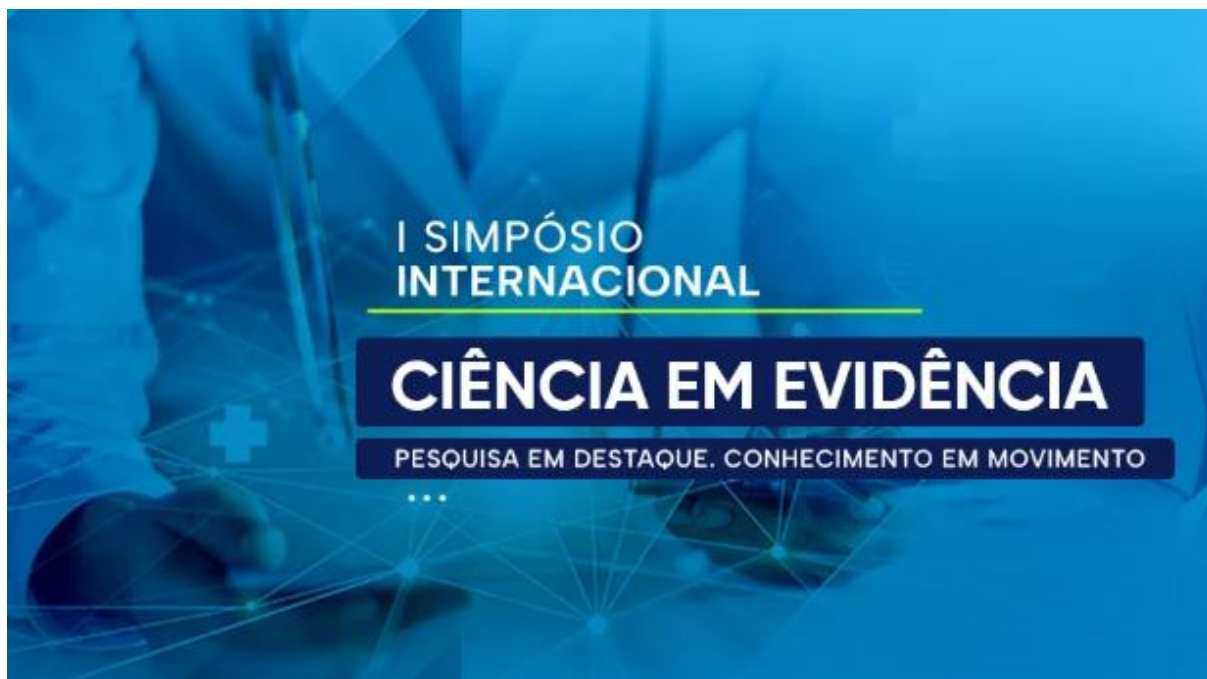




# ANAIS DO I SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIÊNCIA EM EVIDÊNCIA



**APOIO:**





---

### COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Dra. Luciana Crepaldi Lunkes  
Vice-presidente: Ms. Alisson Kennedy Rezende

Membros:

Dra. Grazielle Caroline da Silva  
Dra. Natália Galvão Garcia  
Ana Luísa Carvalho Oliveira  
Lara Cristina de Carvalho  
Lívia Marcelino  
Luana Viana Silva  
Milton Apolinário Dias Neto

### APOIADORES

Centro Universitário de Lavras  
Revista Científica *Pro Homine*



## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do **I Simpósio Internacional Ciência em Evidência**, realizado pelo **Unilavras** nos dias **27 e 28 de agosto de 2025**, em formato híbrido. Este evento marcou um espaço singular de reflexão e integração entre teoria e prática, reafirmando o compromisso institucional com a promoção da **ciência baseada em evidências** e com a valorização do conhecimento científico aplicado.

Ao longo de dois dias de programação, pesquisadores, docentes, discentes e profissionais tiveram a oportunidade de participar de palestras e de uma mesa-redonda com convidados de instituições de referência, tanto no Brasil quanto no exterior. O simpósio buscou fomentar o pensamento crítico, ampliar o diálogo interdisciplinar e fortalecer a relação entre produção científica e demandas sociais.

A publicação destes Anais na **Revista Pro Homine**, em edição especial, consolida o registro das discussões e contribuições apresentadas durante o evento, permitindo que o conhecimento produzido alcance um público ainda mais amplo. Trata-se de um testemunho do empenho coletivo em construir pontes entre saberes, estimular a prática acadêmica de excelência e incentivar novas investigações.

Esperamos que os textos reunidos nesta edição inspirem reflexões, provoquem questionamentos e impulsionem avanços científicos em diferentes áreas do conhecimento.



---

**SUMÁRIO**

<b>Efeito do treinamento de resistência sobre a densidade mineral óssea em modelos de roedores com osteopenia induzida por ovariectomia: uma revisão sistemática e meta-análise.....</b>	<b>5</b>
<b>Estratégias de treinamento de neurônios espelho em crianças com TEA: Revisão integrativa.....</b>	<b>6</b>
<b>Trabalho doméstico não remunerado e o direito à previdência sob a perspectiva de gênero e raça.....</b>	<b>7</b>
<b>Reincidência Criminal e Pena Privativa de Liberdade: A Castração Química Pode Ser uma Alternativa? .....</b>	<b>8</b>
<b>Consequências da fixação de fiança em audiência de custódia, nos casos de crime por descumprimento de medidas protetivas de urgência.....</b>	<b>9</b>
<b>Youtube como bem (in)disponível a herança.....</b>	<b>10</b>
<b>Qualidade do sono e multimorbidade em ambos os sexos de brasileiros acima de 50 anos</b>	<b>11</b>
<b>Quais os limites da responsabilidade civil dos bancos na concessão de crédito consignado com RMC e RCC, considerando o dever de informação e a prevenção de práticas abusivas? .....</b>	<b>12</b>
<b>A influência do Chat JT e seu impacto no processo trabalhista: os riscos e a otimização da fundamentação das decisões.....</b>	<b>13</b>



## Efeito do treinamento de resistência sobre a densidade mineral óssea em modelos de roedores com osteopenia induzida por ovariectomia: uma revisão sistemática e meta-análise

Machado, P. G.<sup>1</sup>; Canaan, J. R.<sup>1</sup>; Ribeiro, L. B.<sup>1</sup>; Bertolini, N. O.<sup>2</sup>; Oliveira Júnior, I. M.<sup>2</sup>; Pereira, L. J.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico (a), Departamento de Ciências Veterinárias – Universidade Federal de Lavras (UFLA), [pedro96gustavo@gmail.com](mailto:pedro96gustavo@gmail.com); [reisjuliana@yahoo.com.br](mailto:reisjuliana@yahoo.com.br); [lulu\\_bribeiro@hotmail.com](mailto:lulu_bribeiro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Docente, Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS), [nataliaoliveira@unilavras.edu.br](mailto:nataliaoliveira@unilavras.edu.br); [ivam.junior1@estudante.ufla.br](mailto:ivam.junior1@estudante.ufla.br)

<sup>3</sup> Orientador, Departamento de Ciências da Saúde – Universidade Federal de Lavras (UFLA), [ericfrancelinoandrade@gmail.com](mailto:ericfrancelinoandrade@gmail.com); [lucianopereiraufra@gmail.com](mailto:lucianopereiraufra@gmail.com)

**Introdução:** A osteopenia induzida por ovariectomia em roedores é um modelo amplamente utilizado para estudar a perda de massa óssea associada à menopausa. Entre as estratégias não farmacológicas, o treinamento de resistência é apontado como promissor para melhorar a densidade mineral óssea (DMO). **Objetivo:** Avaliar, por meio de revisão sistemática e meta-análise, os efeitos do treinamento de resistência sobre a DMO em roedores com osteopenia induzida por ovariectomia. **Métodos:** O estudo seguiu as diretrizes PRISMA e foi registrado no PROSPERO (CRD42024549460). A busca foi realizada em seis bases de dados (PubMed, EMBASE, *Science Direct*, Lilacs, Scopus e *Web of Science*), além de literatura cinzenta (ProQuest e *Google Scholar*), sem restrição de data. Foram incluídos estudos com roedores (ratos ou camundongos) fêmeas ovariectomizadas e submetidas a protocolos de treinamento de resistência, comparados a grupos controle. Das 314 publicações identificadas, 18 atenderam aos critérios de inclusão no estudo. A meta-análise utilizou modelo de efeitos aleatórios para estimar o tamanho do efeito padronizado (SMD). **Resultados:** O treinamento de resistência aumentou significativamente a DMO em relação aos controles, com destaque para exercícios de escalada (SMD: 3,02; IC 95%: 1,81–4,24) e salto (SMD: 1,27; IC 95%: 0,72–1,82). O efeito foi mais evidente no fêmur e na tíbia, regiões críticas para a sustentação óssea. Houve heterogeneidade entre os protocolos, que variaram em intensidade, frequência e duração. **Conclusão:** O treinamento de resistência é eficaz para mitigar a perda óssea em modelos animais que simulam a pós-menopausa, promovendo melhora na DMO e na microarquitetura óssea. Esses achados reforçam seu potencial como intervenção não farmacológica, embora sejam necessários estudos clínicos para confirmar sua aplicabilidade em humanos.

**Palavras-chave:** Osteopenia; treino de resistência; menopausa; densidade óssea

**Fomento:** CAPES, CNPq e FAPEMIG.

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica



## **Estratégias de treinamento de neurônios espelho em crianças com TEA: Revisão integrativa**

Figueirêdo, C. J. B. T. <sup>1</sup>; Melo, H. P. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Fisioterapeuta, Centro Universitário Uninovo, [thaysbaaarreto@gmail.com](mailto:thaysbaaarreto@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientador, Centro Universitário Uninovo, [paulo.henrique@prof.uninovo.edu.br](mailto:paulo.henrique@prof.uninovo.edu.br)

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição de saúde de atraso no desenvolvimento neurológico com incompatibilidade em sociabilizar por omissão no domínio da linguagem e na estruturação de pensamentos com ações restritas. Os indivíduos podem expor gostos específicos e comportamentos recorrentes. Essas mudanças podem ser de autoproteção ou de processo sensorial. Os neurônios-espelho foi mencionado por Rizzolatti na década de 90, quando apresentou que os neurônios eram ativados a partir da observação da mesma atividade. Os neurônios-espelho são ativados em múltiplas atitudes humanas: imitação, imaginação, aprendizado de novas habilidades e leitura de intenção e o disfuncionamento pode estar referente com a gênese do autismo. **Objetivo:** Relatar o uso de estratégias de treinamento de neurônios espelho em crianças com TEA. **Métodos:** Consiste em uma revisão integrativa. A pesquisa foi estruturada com base na estratégia PICOT, tendo como pergunta condutora “Quais são as estratégias de treinamento de neurônios espelho em crianças com TEA?”. A busca foi realizada na PubMed, Medline, SciELO Brasil, Cochrane e PEDro. Utilizou-se a escala PEDro para avaliação da qualidade metodológica. **Resultados:** Analisou-se quatro estudos com base nos critérios de elegibilidade e método. Dentre as estratégias de tratamento utilizadas de estímulo de neurônios em espelho com crianças com TEA, encontrou-se: Treinamento com Neurofeedback, Tarefas de imitação com expressões faciais, Treinamento de imitação e observações emocionais e Testes padronizados de linguagem receptiva e expressiva. **Conclusão:** Conclui-se que as estratégias analisadas têm potencial para complementar abordagens terapêuticas em crianças com TEA, mas sua aplicação requer mais estudos, metodologia padronizada e avaliação dos resultados.

**Palavras-chave:** Neurônios Espelho; Transtorno do Espectro Autista; Lateralidade.

**Fomento:** Não se aplica

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica



## Trabalho doméstico não remunerado e o direito à previdência sob a perspectiva de gênero e raça

Lasmar, E.T<sup>1</sup>; Pádua, T.P.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestre, Centro Universitário de Lavras, [erika\\_lasmar@hotmail.com](mailto:erika_lasmar@hotmail.com)

<sup>2</sup>Mestre, Centro Universitário de Lavras, [advocaciapadua@gmail.com](mailto:advocaciapadua@gmail.com)

**Introdução:** O estudo analisa o reconhecimento previdenciário do trabalho doméstico não remunerado, exercido majoritariamente por mulheres, sobretudo negras, que acumulam dupla jornada e permanecem invisibilizadas institucionalmente, apesar de desempenharem funções essenciais como cuidado de filhos, idosos e manutenção da casa. Segundo a PNAD Contínua/IBGE 2022, mulheres dedicam em média 21,3 horas semanais a afazeres domésticos, contra 11,7 horas dos homens, sendo que mulheres negras realizam 1,6 hora a mais que as brancas. O problema de pesquisa questiona de que forma e em quais termos seria possível reconhecer tal trabalho para fins previdenciários no Brasil. **Objetivo:** O objetivo geral é analisar essas possibilidades à luz de gênero, raça e justiça social, compreendendo a previdência como política pública que deve considerar desigualdades materiais para uma proteção efetiva. Justifica-se pela urgência em enfrentar desigualdades históricas e repensar um sistema que valoriza apenas o trabalho formal, ignorando atividades fundamentais para a economia e a vida em sociedade. A hipótese é que a inclusão desse trabalho na previdência contribui para a dignidade e a justiça distributiva. **Métodos:** A metodologia é qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com revisão bibliográfica sobre gênero, raça, trabalho doméstico e seguridade social, análise documental de legislações latino-americanas e projetos de lei nacionais, além de abordagem quantitativa com dados da PNAD e do IPEA. **Conclusão:** Conclui-se que reconhecer previdenciariamente o trabalho doméstico não remunerado é essencial para corrigir distorções históricas e promover equidade social e econômica.

**Palavras-chave:** Previdência social; Gênero; Trabalho doméstico; Justiça social.

**Fomento:** Não se aplica

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica



## Reincidência Criminal e Pena Privativa de Liberdade: A Castração Química Pode Ser uma Alternativa?

Souza, A.L.J<sup>1</sup>; Rebonato, A.S<sup>2</sup>.; Lasmar, E. T.;<sup>3</sup> Freitas, W.O. 4

<sup>1</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, [analuizajsohza@gmail.com](mailto:analuizajsohza@gmail.com)

<sup>2</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, [amandarebonato8@gmail.com](mailto:amandarebonato8@gmail.com)

<sup>3</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [erika\\_lasmar@hotmail.com](mailto:erika_lasmar@hotmail.com)

<sup>4</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [walk74@unilavras.edu.br](mailto:walk74@unilavras.edu.br)

**Introdução:** A pesquisa aborda o Direito Processual Penal, focando em medidas alternativas à prisão para agressores sexuais psicopatas. O estudo analisa a castração química como uma possível alternativa ou complemento à pena, avaliando sua eficácia na redução da reincidência. A questão principal é se a pena privativa de liberdade, isoladamente, é eficaz na prevenção de reincidências em crimes sexuais cometidos por psicopatas. A castração química, já adotada em outros países, surge como uma alternativa relevante a ser explorada no contexto jurídico brasileiro. A pesquisa é relevante socialmente, ao propor medidas que protejam a sociedade, e academicamente, por promover uma análise interdisciplinar entre Direito, Psiquiatria e Criminologia. **Objetivo:** O objetivo é verificar se a castração química, associada a tratamentos psiquiátricos, pode reduzir a reincidência. O estudo compara a experiência brasileira com a de países que já a implementaram, buscando conceituar o tratamento, analisar sua efetividade e apontar formas de aplicação no Brasil. A hipótese é que a castração química, quando combinada com tratamento psiquiátrico, pode ser mais eficaz do que a pena de prisão isolada. **Métodos:** A metodologia é qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em coleta de dados bibliográfica e documental, com método dedutivo. As referências incluem obras de Alexandre Magno Aguiar, Cezar Roberto Bitencourt e Antônio de Pádua Serafim, além de legislações de países como França, Suécia, Argentina e outros. **Conclusão:** Conclui-se que a castração química, quando associada a acompanhamento psiquiátrico, tem potencial para reduzir a reincidência de agressores sexuais psicopatas. As experiências internacionais mostram que, embora a medida seja polêmica e exija rigor ético, jurídico e médico, ela pode ser um instrumento complementar às políticas penais. No Brasil, sua eventual implementação exigiria alterações legislativas, regulamentação rigorosa e controle judicial.

**Palavras-chave:** Castração química; Crimes sexuais; Psicopatias; Penas; Reincidência.

**Fomento:** Não se aplica

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica



## Consequências da fixação de fiança em audiência de custódia, nos casos de crime por descumprimento de medidas protetivas de urgência

Caliman, Y.N.<sup>1</sup>; Carvalho, M.G.<sup>2</sup>; Lasmar, E.T.<sup>3</sup>, Freitas, W.O.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, [ycaliman75@gmail.com](mailto:ycaliman75@gmail.com)

<sup>2</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, [mariagabryelle150@gmail.com](mailto:mariagabryelle150@gmail.com)

<sup>3</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [erika\\_lasmar@hotmail.com](mailto:erika_lasmar@hotmail.com)

<sup>4</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [walk74@unilavras.edu.br](mailto:walk74@unilavras.edu.br)

**Introdução:** O estudo analisa as consequências da fixação de fiança em audiência de custódia, nos casos de descumprimento de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. A pesquisa investiga se a concessão da fiança pode ampliar o ciclo de violência doméstica e comprometer a segurança da vítima. **Objetivo:** O objetivo é compreender os efeitos da aplicação da fiança em situações concretas, considerando episódios de reincidência e até mortes após a soltura do agressor. Busca-se ainda discutir o conceito e a validade da fiança diante da função protetiva das medidas cautelares, além de examinar jurisprudências do TJMG. O estudo aponta alternativas para reduzir riscos, destacando duas hipóteses: (i) a fiança isolada fragiliza a proteção e favorece a reincidência; (ii) se associada a medidas restritivas adicionais, como monitoramento eletrônico, pode equilibrar o direito de defesa com a proteção da vítima. **Métodos:** A pesquisa é qualitativa, descritiva e dedutiva, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, abrangendo legislação, doutrina e jurisprudência. A análise concentra-se na reincidência, na efetividade das medidas protetivas e na segurança da vítima, com base na Lei Maria da Penha e na doutrina jurídico-penal. **Conclusão:** Constata-se que a concessão de fiança em descumprimento de medidas protetivas exige cautela. Quando aplicada isoladamente, tende a enfraquecer a proteção, alimentar a violência e aumentar o risco de reincidência. Contudo, associada a medidas como monitoramento eletrônico e afastamento do agressor, pode representar equilíbrio entre defesa e proteção. O estudo reforça a necessidade de interpretar a legislação em consonância com a função protetiva da Lei Maria da Penha e o dever do Estado de garantir a integridade física e psicológica da mulher.

**Palavras-chave:** Fiança; Audiência de custódia; Reincidência; Descumprimento; Medidas protetivas de urgência; Ciclo de violência.

**Fomento:** Não se aplica

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica



## **Youtube como bem (in)disponível a herança**

Rebonato, A.S<sup>1</sup>; Souza, A.L.J<sup>2</sup>; Lasmar, E. T.;<sup>3</sup> Ladeira, A.H. 4

<sup>1</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, amandarebonato8@gmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, analuizajsohza@gmail.com

<sup>3</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, erika\_lasmar@hotmail.com

<sup>4</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, alinehdada@unilavras.edu.br

**Introdução:** A pesquisa trata do Direito Civil e Constitucional, com foco na herança digital e na possibilidade de transmissão de canais monetizados no YouTube. Questiona-se se, após a morte do criador, os herdeiros podem manter a titularidade e a monetização. O tema é relevante diante da falta de legislação específica e do crescente valor econômico dos bens digitais, buscando-se oferecer subsídios para a interpretação jurídica e futura regulamentação. **Objetivo:** Analisar a viabilidade da transmissão causa mortis de canais monetizados, considerando aspectos patrimoniais, contratuais e existenciais. Em especial: conceituar herança digital e enquadrar juridicamente os canais; verificar se os herdeiros podem manter a titularidade e receber lucros; e examinar restrições impostas pela legislação e pelos Termos de Serviço do YouTube. **Parte-se** da hipótese de que esses ativos, como bens digitais de valor econômico, podem integrar o patrimônio do falecido, desde que respeitados limites contratuais e direitos da personalidade. **Métodos:** A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, utiliza revisão bibliográfica e documental de obras, legislação e fontes confiáveis. O método de abordagem é dedutivo, partindo de normas gerais do Direito para analisar a sucessão de canais monetizados. **Conclusão:** Conclui-se que a transmissão hereditária de canais monetizados é juridicamente possível quando reconhecidos como bens digitais de valor econômico. Embora falte regulamentação específica, a interpretação do Direito Civil, Constitucional e Digital permite incluí-los no âmbito sucessório, assegurando aos herdeiros a exploração econômica do conteúdo já produzido, desde que respeitados contratos da plataforma e direitos da personalidade. A ausência de normas, contudo, gera insegurança jurídica, reforçando a necessidade de lei própria para a sucessão de bens digitais, de modo a equilibrar proteção patrimonial, direitos existenciais e segurança frente às transformações tecnológicas.

**Palavras-chave:** Herança digital; Canais monetizados; YouTube; Direito Sucessório; Bens digitais; Transmissão causa mortis.

**Fomento:** Não se aplica

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica



## Qualidade do sono e multimorbidade em ambos os sexos de brasileiros acima de 50 anos

Santos, M.P.<sup>1</sup>; Delmoro, I.C.L.<sup>2</sup>; Lima, D.B.<sup>3</sup>; Brito, T.R.P.<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Pós-graduanda, Escola de Enfermagem da UNIFAL-MG, [margarida.santos@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:margarida.santos@sou.unifal-mg.edu.br)

<sup>2</sup>Pós-graduanda, Escola de Enfermagem da UNIFAL-MG, [isabela.delmoro@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:isabela.delmoro@sou.unifal-mg.edu.br)

<sup>3</sup>Professora doutora, Faculdade de Nutrição da UNIFAL-MG, [daniela.lima@unifal-mg.edu.br](mailto:daniela.lima@unifal-mg.edu.br)

<sup>3</sup>Professora doutora, Faculdade de Nutrição da UNIFAL-MG, [tabatta.brito@unifal-mg.edu.br](mailto:tabatta.brito@unifal-mg.edu.br)

**Introdução:** Vários estudos relatam que a qualidade do sono está diretamente relacionada à multimorbidade em idosos, isto é, pessoas com mais de 50 anos com uma ou mais doenças crônicas tendem a ter uma qualidade do sono ruim. Realizamos um estudo com uma amostra de quase 10.000 idosos brasileiros para comprovar esta tendência. **Objetivo:** verificar se existe diferença entre qualidade do sono, sexo e multimorbidade entre brasileiros com 50 anos ou mais. **Métodos:** estudo transversal que utilizou dados do ELSI-Brasil, coletados entre 2015 e 2016, incluindo 9.412 indivíduos com 50 anos ou mais, residentes em 70 municípios das diferentes regiões do país. A qualidade do sono foi avaliada por meio de questão autorreferida. Na análise dos dados foi utilizado o teste  $\chi^2$  de Pearson, com a correção de Rao-Scott. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 34649814.3.0000.5091) e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. **Resultados:** Sexo: feminino (53,95%) e masculino (46,05%). Faixa etária: 50-59 anos (47,62%), 60-69 anos (29,66%), 70-79 anos (15,65%) e 80 anos ou mais (7,08%). Qualidade do sono: boa (54,63%), regular (27,23%) e ruim (18,14%). Multimorbidade: nenhuma ou 1 (31,84%), duas ou mais (68,16%). A relação entre qualidade do sono e nenhuma ou 1 doença foi: sono bom (65,18%), regular (24,55%) e ruim (10,27%). A mesma relação com 2 ou mais doenças foi: sono bom (49,71%), regular (28,47%) e ruim (21,82%). **Conclusão:** na amostra estudada, constatamos que houve uma diferença estatisticamente significativa entre qualidade do sono e doenças, sendo que o percentual de sono ruim dobrou no sexo feminino e em ambos os sexos nos que declararam uma ou duas doenças, comprovando a hipótese inicial.

**Palavras-chave:** Qualidade do sono; Sexo; Multimorbidade; ELSI-Brasil.

**Fomento:** CAPES

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** CAAE: 34649814.3.0000.5091



## Quais os limites da responsabilidade civil dos bancos na concessão de crédito consignado com RMC e RCC, considerando o dever de informação e a prevenção de práticas abusivas?

Carvalho, M.G<sup>1</sup>; Caliman, Y.N.<sup>2</sup>; Lasmar, E.T.<sup>3</sup>; Ladeira, A.H.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, [mariagabryelle150@gmail.com](mailto:mariagabryelle150@gmail.com)

<sup>2</sup>Acadêmica, Centro Universitário de Lavras, [ycaliman75@gmail.com](mailto:ycaliman75@gmail.com)

<sup>3</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [erika\\_lasmar@hotmail.com](mailto:erika_lasmar@hotmail.com)

<sup>4</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [alinehdada@unilavras.edu.br](mailto:alinehdada@unilavras.edu.br)

**Introdução:** Essa pesquisa aborda os limites da responsabilidade civil objetiva dos bancos na concessão de crédito consignado com Reserva de Margem Consignável (RMC) e Cartão de Crédito Consignado (RCC), considerando o dever de informação e a prevenção de práticas abusivas. **Objetivo:** O objetivo é analisar tais limites à luz do Código de Defesa do Consumidor, com destaque para a importância da transparência e da boa-fé objetiva nas relações contratuais. Os objetivos específicos incluem compreender o funcionamento jurídico do crédito consignado atrelado à RMC e ao RCC, identificar práticas abusivas reconhecidas pelo STJ e verificar como os tribunais aplicam o dever de informação, além de avaliar o papel dos bancos na prevenção de danos e no combate ao superendividamento. A justificativa decorre do aumento de ações judiciais sobre o tema, buscando contribuir para a compreensão da eficácia das normas protetivas e da jurisprudência, bem como para a harmonização entre exercício do crédito e equilíbrio contratual. **Métodos:** A metodologia é descritiva, de natureza qualitativa e método dedutivo, utilizando pesquisa bibliográfica e documental com análise de doutrina, legislação e jurisprudência do STJ. O marco teórico baseia-se nos princípios do Direito do Consumidor e da Responsabilidade Civil, com autores como Nelson Rosenvald, Sérgio Cavalieri Filho e Flávio Tartuce, e no CDC (arts. 6º, III e 46). **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que a responsabilidade civil objetiva dos bancos na concessão de crédito consignado com Reserva de Margem Consignável (RMC) e Cartão de Crédito Consignado (RCC) exige a observância rigorosa do dever de informação e da boa-fé objetiva, como instrumentos indispensáveis à proteção do consumidor e à preservação do equilíbrio contratual. A análise da jurisprudência demonstra que práticas abusivas persistem, especialmente pela ausência de transparência quanto às condições do contrato e às consequências financeiras da operação. Nesse contexto, o papel preventivo das instituições financeiras é fundamental não apenas para evitar litígios, mas também para combater o superendividamento, promovendo relações contratuais mais éticas e equilibradas. Assim, a harmonização entre a concessão de crédito e a tutela do consumidor revela-se não apenas um imperativo legal, mas também um compromisso social que deve nortear a atuação bancária. Assim, a falta de informações claras favorece práticas abusivas e que a observância efetiva do dever de informação reduz conflitos e abusos.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil; Contratos bancários; RMC e RCC.

**Fomento:** Não se aplica.

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica.



## A influência do Chat JT e seu impacto no processo trabalhista: os riscos e a otimização da fundamentação das decisões

Santos, J. P. F.<sup>1</sup>; Pádua, T. P.<sup>2</sup> Lasmar, E.T<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Acadêmico, Centro Universitário de Lavras, [joapedrofaustinoitamo@gmail.com](mailto:joapedrofaustinoitamo@gmail.com)

<sup>2</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [advocaciapadua@gmail.com](mailto:advocaciapadua@gmail.com)

<sup>3</sup>Orientadora, Centro Universitário de Lavras, [erika\\_lasmar@hotmail.com](mailto:erika_lasmar@hotmail.com)

**Introdução:** A incorporação da inteligência artificial (IA) no Judiciário brasileiro representa uma das inovações mais relevantes dos últimos anos, especialmente na Justiça do Trabalho, ramo marcado pela alta demanda processual. O avanço tecnológico busca não apenas otimizar consultas jurídicas e automatizar rotinas, mas também apoiar na elaboração de ementas e decisões, promovendo maior celeridade e eficiência. Contudo, essa transformação exige cautela, pois envolve garantias constitucionais como motivação das decisões e imparcialidade judicial. Nesse contexto, este estudo analisa o uso do Chat da Justiça do Trabalho (Chat JT), ferramenta de IA desenvolvida pelo próprio Judiciário, destacando potenciais benefícios e riscos de sua aplicação indiscriminada à legitimidade processual. **Objetivo:** Examinar criticamente o impacto do Chat JT na fundamentação das decisões trabalhistas, avaliando confiabilidade, compatibilidade com princípios constitucionais e reflexos na segurança jurídica. Busca-se compreender em que medida a IA pode contribuir para a efetividade da Justiça do Trabalho sem comprometer a autonomia decisória do magistrado, identificando oportunidades e limitações no uso da tecnologia. **Métodos:** A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando métodos dedutivos e análise de conteúdo. Abrange literatura especializada, a Resolução CNJ nº 332/2020, que regula o uso da IA no Judiciário, e a Lei nº 11.419/2006, sobre informatização do processo. Foram ainda consultadas doutrinas contemporâneas que discutem o equilíbrio entre inovação e garantias fundamentais. **Conclusão:** Os resultados indicam que a IA pode aumentar a celeridade e reduzir sobrecarga, mas apenas se aplicada eticamente, com transparência e mecanismos claros de controle. A ausência de critérios compromete a motivação das decisões e a reflexão crítica do julgador, ameaçando legitimidade e confiança no sistema. Conclui-se que, quando usada sob parâmetros éticos e jurídicos, a IA fortalece a Justiça do Trabalho, mas o uso indiscriminado ameaça princípios como fundamentação e independência judicial. Defende-se monitoramento constante, capacitação de magistrados e revisão periódica das práticas tecnológicas, garantindo que inovação e valores constitucionais caminhem juntos.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial; Justiça do Trabalho; Segurança Jurídica.

**Fomento:** Não se aplica.

**Número do CEP (Seres Humanos) ou do CEUA (Animais):** Não se aplica.